

## **Implicações sociais da gestão do trabalho e da produção no arranjo produtivo local - APL têxtil de São Bento**

<p>Maria de Fátima Martins.</p> <p>UFCG</p> <p>fatimamartins2005@gmail .com</p>	<p>Ana Cecília Feitosa de Vasconcelos.</p> <p>UFCG</p> <p>acvasconcelos@gmail .com</p>	<p>Eliana Monteiro Moreira.</p> <p>UFPB</p> <p>emmoreira@uol.com .br</p>	<p>Gesinaldo Ataíde Cândido.</p> <p>UFCG</p> <p>gacandido@uol.com. br</p>
---	--	--	---

### RESUMO

*Diante de todas as discussões acerca de APLs, principalmente no que se refere às suas potencialidades, pouco se tem dado importância aos aspectos sociais dos APLs como forma de estimular a ação coletiva e articular os diferentes atores em torno de objetivos comuns para um desenvolvimento local sustentado, resultando em melhor qualidade de vida para a população. Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo analisar as implicações sociais decorrentes da gestão do trabalho e da produção no APL têxtil de São Bento – PB e sua contribuição para a qualidade de vida da população. A metodologia utilizada consistiu numa pesquisa exploratória e descritiva, utilizando as seguintes técnicas: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental; pesquisa de campo junto às empresas que formam o APL Têxtil de São Bento e observação não participante através de visitas técnicas às empresas, cuja interpretação dos dados foi realizada a partir de uma análise qualitativa. Os resultados evidenciaram que o APL apresenta níveis de crescimento econômico, onde a produção de redes representa uma projeção para melhor qualidade de vida associada ao acesso a bens de consumo e status social. Porém, a forte informalidade favorece a flexibilidade e a precarização do trabalho, através da prática de sub-contratação, baixos salários, utilização da mão-de-obra infantil, precárias condições de organização e higiene internas às fábricas e a falta de equipamentos de proteção, além da total ausência de responsabilidade com o meio ambiente, estando o crescimento do setor e a qualidade de vida e ambiental ameaçados pela não valorização da sustentabilidade no desenvolvimento local.*

Palavras-chave: Gestão do Trabalho e da Produção. APL. Qualidade de Vida.

### 1 INTRODUÇÃO

Diante da complexidade da sociedade, das relações estabelecidas e das disparidades em torno dos resultados gerados pelos modelos de desenvolvimento econômico e social, tem surgido nas últimas décadas diversas discussões e propostas acerca de modelos que privilegiam o desenvolvimento sustentado, a partir da busca pelo equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, equidade social e controle dos problemas ambientais.

No contexto dessas discussões, aparece a vertente que privilegia o desenvolvimento local, dando ênfase a formação de aglomerações de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) localizadas geograficamente e focadas numa atividade principal, a partir da mobilização das economias e potencialidades locais. À luz dessa percepção, o fenômeno da concentração geográfica de empresas tem proliferado em experiências de sucesso em âmbito nacional e internacional resultando em diversas aglomerações produtivas. No âmbito

nacional, as aglomerações setoriais de micro e pequenas empresas na configuração de Arranjos Produtivos Locais - APLs tem despertado o interesse do meio acadêmico e de instituições públicas e privadas como uma alternativa para a sobrevivência e desenvolvimento dessas empresas, frente às mudanças provocadas pela internacionalização da economia.

É inegável a importância das MPMEs para a economia nacional, que de acordo com o BNDES, cerca de 60% dos empregos são gerados e mantidos pelas micro e pequenas empresas e que também contribuem com 43% da renda nacional. Por outro lado, é necessário reconhecer a ausência de políticas públicas adequadas e que contribuam de forma efetiva para o desenvolvimento dessas empresas. Diante dessa realidade, as aglomerações emergem das dificuldades dessas empresas atuarem isoladamente e competirem com as grandes em um mercado de economia globalizada, assim, as aglomerações ganham mais importância a partir da possibilidade das diversas formas de cooperação com o compartilhamento de informações e recursos entre as empresas e instituições localizadas no mesmo território, o que as tornam mais fortalecidas.

Nessa perspectiva, os arranjos produtivos locais podem ser definidos como “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência” (Albagli e Brito, 2002:3), tendo como características predominantes, conforme destaca Shmitz e Musyck (1994): proximidade geográfica, especialização setorial, um número médio de firmas, colaboração entre as firmas, competição baseada em inovação, baixos salários e instituições para fortalecer a capacidade inovativa da indústria local. Além destas características, Lemos (2004) ainda destaca a intensa divisão do trabalho entre as firmas, flexibilidade de produção e de organização, especialização produtiva, estreita colaboração entre empresas e agentes, fluxo intenso de informações, identidade cultural entre os agentes, relações de confiança, complementaridade e sinergias.

Tais características propiciam aos APLs a eficiência coletiva, um conceito adotado por Shmitz (1992) para explicar as sinergias resultantes das interações presentes entre as empresas e instituições de apoio e que resultam em diversas vantagens competitivas, assim como no desenvolvimento das empresas aglomeradas. Botelho *et. al.* (2004) esclarecem que a presença desses aspectos resultantes justificam o sucesso dessas aglomerações, entretanto, vale ressaltar que esses aspectos nem sempre estarão presentes, principalmente em países menos desenvolvidos, onde as práticas trabalhistas são marcadas por baixos salários, precárias condições de trabalho, baixo grau de cooperação entre os agentes, subcontratação como forma de escapar da legislação trabalhista entre outros aspectos. Partindo dessa percepção, os APLs devem ser estudados como modelos de gestão do trabalho e da produção, cujas dinâmicas de exploração e representação das relações de trabalho também estão embasadas na precarização em detrimento aos objetivos do capitalismo de alcançar significativos resultados em termos de produtividade. Mesmo assim, tem-se dado pouca importância aos aspectos sociais nessas aglomerações produtivas.

Assim, o foco desse estudo direciona-se para o APL Têxtil de São Bento que está situado no sertão do Estado da Paraíba e tem como principal atividade a produção de redes de dormir, embora também haja a produção de mantas, varandas, tapetes e outras peças que abrange um número expressivo de micro e pequenas empresas, bem como, pequenos teares instalados nas próprias residências. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar as implicações sociais decorrentes da gestão do trabalho e da produção no APL têxtil de São Bento – PB e sua contribuição para a qualidade de vida da população.

O artigo encontra-se dividido em 4 momentos: o primeiro apresenta essa breve introdução sobre o estudo desenvolvido; o segundo momento apresenta as bases teóricas que

deram sustentação ao objeto de estudo; o terceiro descreve os aspectos metodológicos da pesquisa; o quarto momento remete aos resultados. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 IMPLICAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO

Com a crise estruturalista do capital a partir dos anos 70 e seu processo de reorganização, houve um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho para dotar o capital do instrumental necessário para repor as condições adequadas para o capitalismo evidenciadas nos contornos do neo-liberalismo. A crise capitalista é a ruptura de um padrão de dominação de classe relativamente estável, onde só é possível encontrar soluções através da luta, mediante o estabelecimento da autoridade e através da busca por novos padrões de acumulação, onde as transformações ambientais e mercadológicas provocam maior instabilidade ao mercado e inicia-se o processo de globalização.

Com esse processo, não houve mudanças no modo de produção capitalista, mas a reestruturação do padrão produtivo com novos e velhos mecanismos de acumulação, através da transição do padrão taylorista/fordista - produção em massa, homogeneizada, verticalizada, operações racionalizadas visando a intensificação das formas de exploração com trabalho parcelar, fragmentado, repetitivo e a separação entre elaboração e execução - para o toyotismo - com a acumulação flexibilizada. Ou seja, somou-se aos processos de trabalho um sistema de compromisso e de regulação ilusório, onde os capitalistas tinham o controle (ANTUNES, 2003).

De acordo com Melo e Silva (2007) os anos oitenta vivenciou as primeiras experimentações em termos de inovações no mundo do trabalho, seja em relação a tecnologia ou organização do trabalho. Mais tarde nos anos 90, a mentalidade gerencial assumiu uma abordagem mais sistêmica e coloca a tecnologia e a organização do trabalho como elementos indissociáveis, articuladas e necessárias através do modelo japonês ou produção enxuta.

Com o toyotismo iniciou-se a era da acumulação flexível embasados em conceitos como a qualidade total, viabilizada pela eliminação dos desperdícios, processo produtivo flexível, enxugamento da empresa, estrutura horizontal priorizando as terceirizações, o trabalho em equipe, redução do tempo de trabalho, produção vinculada à demanda, vitalidade do emprego, ganhos de produtividade, entre outros aspectos evidentes da intensificação da exploração da força de trabalho, inclusive intelectual e cognitivo (ANTUNES, 2003).

A emergência de modelos de produção flexíveis se origina tanto na organização produtiva quanto nos mercados de consumo, sendo uma resposta ao declínio da velha lógica da produção em massa destinada a mercados estáveis para um sistema produtivo complexo, intensivo em tecnologias e recursos humanos, orientado para a flexibilização e qualidade, ao mesmo tempo, gerador de segmentações e desigualdades (ESTANQUE, 2007).

Nesse contexto, a dinâmica atual do mercado orientada pela integração global tem sustentação no esgotamento do fordismo e no surgimento de um novo paradigma produtivo denominado produção flexível, envolvendo “os processos de trabalho, os mercados de trabalho, os produtos e padrões de consumo” (OLIVEIRA, 2007, p.52). Essa forma de acumulação flexível conduz o trabalho a uma intensa desvalorização e precarização, sendo conduzido principalmente pelos contornos da informalidade como forma de sustentar os padrões de acumulação e valorização do capital, através das novas relações de trabalho por

representar baixos custos de mão-de-obra, além da ausência das responsabilidades e custos trabalhistas.

Como resultado das tendências de globalização da economia e da fragmentação dos sistemas produtivos em nome da flexibilização do trabalho, é possível perceber as transformações ocorridas no mundo do trabalho através do aumento do trabalho informal e do surgimento da empresa flexível, como forma de absorver essas novas relações de trabalho impostas pelo capital e manter os níveis de acumulação capitalista. Sendo assim, há um deslocamento nos postos de trabalho e a produção passa a ocorrer simultaneamente em diversos locais e utilizando o trabalho formal e, principalmente, o informal.

Nessa perspectiva, Tavares (2004) afirma que os processos de produção atual tornam possível a cooperação sem necessariamente que os trabalhadores estejam junto e sem a compra direta da força de trabalho, possibilitando encurtar o excedente do tempo de produção sobre o tempo de trabalho, o que diminui o tempo para a colocação da mercadorias no mercado, aumenta a produtividade e a autovalorização do capital. Assim, a flexibilização possibilita a exploração da força de trabalho a custos mais baixos e promove a reemergência do trabalho domiciliar denominando de trabalho autônomo, conta própria, etc., como forma adequada ao padrão flexível de acumulação, onde o trabalhador é estimulado a se tornar empresário passando a explorar a si mesmo e a outros trabalhadores e competir de igual com os grandes detentores de capital.

Para a economia liberal, a organização produtiva regulada pelo livre mercado é eficiente, equilibrada, homogênea e integradora. Sendo assim, problemas endógenos ao capital - mesmo que não confirmam essas características - são tratados externos ao sistema, sendo possível conceber uma economia de sobrevivência e outra que atenda aos interesses da acumulação capitalista. Nesse contexto, os efeitos colaterais indesejáveis não fazem parte dos resultados de um modelo econômico, sendo pertencentes ao setor social, visto separadamente (TAVARES, 2004).

Para Estanque (2007, p. 17) “a globalização neoliberal tem contribuído para acentuar os seus contornos perversos e os seus efeitos corrosivos sobre as condições de trabalho e a dignidade humana”. Nessa mesma linha de pensamento, Tavares (2004) destaca que para impulsionar o lucro são modificadas as condições de acumulação através do sacrifício dos custos do trabalho, levando a emergir formas de trabalho precário com baixos salários e nenhuma proteção social.

É importante ressaltar, que a busca incessante pelo desenvolvimento econômico dissociado de questões sociais, ambientais e culturais tem levado a sociedade a um processo de degradação dos valores humanos, sociais, naturais e econômicos que resultam em miséria, pobreza, violência, desastres ambientais, etc. Esses fatores se intensificam à medida que a complexidade do ambiente e das relações tornam-se também mais intensas, as políticas públicas tornam-se mais escassas e inadequadas, as empresas e organizações não atuam de forma responsável com a sociedade e o meio ambiente, os problemas são percebidos de forma isolada e não em uma relação de causa e efeito, as soluções são buscadas de forma fragmentadas e desarticuladas, enfim, à medida que o mundo torna-se globalizado, separado apenas pelas fronteiras do desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Diante do exposto, pode-se destacar que a globalização e a internacionalização da economia têm gerado a intensificação de práticas organizacionais que modificaram os sentidos e a centralidade do trabalho que, conduzido pela flexibilização tem levado a desvalorização e precarização, onde o capital encontra lugar de destaque como forma de manter a acumulação capitalista, sendo justificadas pela necessidade das empresas tornarem-

se competitivas no mercado global e manter níveis satisfatórios de desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, as aglomerações produtivas surgem como novas configurações organizacionais com grande especialização produtiva que possibilita a fragmentação do processo produtivo e processos de subcontratação, caracterizadas pela alta flexibilização dos processos e do mercado de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo facilitados pela cooperação entre os agentes, como forma de garantir a competitividade no mercado global. É nesse contexto que será discutido os Arranjos Produtivos Locais.

## 2.2 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Com a complexidade do ambiente atual em que as empresas estão inseridas, surgem novos desafios que devem ser superados, no tocante a necessidade de novas práticas de gestão e organização do trabalho como forma de aproveitar as vantagens competitivas relacionadas ao setor e a natureza dos negócios.

Uma das formas que as empresas atualmente têm buscado para atuar competitivamente nesse novo contexto de relações e interações complexas, consiste na formação de redes inteorganizacionais como forma de fortalecer as micros, pequenas e médias empresas para atuar no mercado local, regional, nacional e global. No contexto dessas novas relações e interação entre empresas, surgem novos formatos organizacionais como forma de inserção competitiva dessas empresas no mercado, que pode ocorrer de várias formas, sendo uma delas, através da formação de aglomerações geográfica ou setorial de empresas focado numa atividade principal.

O fenômeno da concentração geográfica de empresas tem gerado diversas experiências em âmbito nacional e internacional que valorizam o território. Diversas denominações têm sido utilizadas definir e classificar tais experiências, tais como: Arranjo Produtivo Local - APL, sistemas industriais localizados, distritos industriais, *clusters*, pólos tecnológicos, aglomerados, sistemas locais produtivos, entre outros, sendo os APL o foco do presente estudo.

Os APLs são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, empresas comerciais, clientes, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação, incluindo também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento (LASTRES e CASSIOLATO, 2001).

O SEBRAE (2007) define APL como aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Santos e Guarneri, (2000) destacam que os APLs são definidos como um fenômeno vinculado às economias de aglomeração, associadas à proximidade física das empresas fortemente ligadas entre si por fluxos de bens e serviços, destacando-se o papel das autoridades e instituições locais para a organização e a coordenação das empresas, através da

formação de uma rede onde as inter-relações, a interação e a cooperação entre as mesmas e os demais agentes envolvidos são vitais.

Para Merino (2006) os aglomerados espontâneos de empresas em um determinado setor econômico, podem ser visto como um lugar de operações fortemente relacionadas com elementos tangíveis como maquinarias, equipamentos, instalações e, também como um lugar de inovação relacionando elementos intangíveis que resulta em novos produtos, métodos de fabricação, sistemas organizacionais.

Nesse contexto, pode-se conceber um APL como um agrupamento geográfico de empresas focadas em uma atividade principal, atuando a partir de interações e níveis de interdependência (intensa divisão do trabalho, flexibilidade de produção e de organização, especialização), cuja existência e atuação das instituições de apoio e pesquisa são fundamentais para estimular a cooperação e aproveitar as sinergias coletivas, no sentido de buscar o fortalecimento do arranjo e, por conseguinte, o desenvolvimento local.

É importante ressaltar que ao estimular processos locais de desenvolvimento, é preciso considerar que qualquer ação nesse sentido deve permitir a conexão do arranjo com os mercados, a sustentabilidade por meio de um padrão de organização que se mantenha ao longo do tempo, a promoção de um ambiente de inclusão de micro e pequenos negócios em um mercado com distribuição de riquezas e a elevação do capital social por meio da promoção e cooperação entre os atores do território, como afirmam Gomes e Pizaia, (2006). Nesse sentido, o APL deve buscar a competitividade das empresas aglomeradas através de práticas de cooperação, considerando as condições locais de desenvolvimento e a sustentabilidade da região.

A competitividade deve se entendida a partir de um enfoque sistêmico considerando as vantagens coletivas decorrentes de diversos fatores como a proximidade de fornecedores, facilidade de concessão de créditos, disponibilidade de mão-de-obra local qualificada e especializada, valorização das marcas locais, entre outros fatores locais que conferem vantagens competitivas. Bergman e Feser (1999) *apud* Haddad (2004) colocam que a principal fonte de competitividade são os elementos de cooperação, de solidariedade e de confiança entre as empresas, resultando em relações muito estreitas de natureza econômica, social e comunitária.

A cooperação consiste numa forma de compartilhamento entre as empresas, mediadas por instituições de apoio, associações de negócios, entre outras, surgindo da necessidade de superar obstáculos que isoladamente as empresas teriam maiores dificuldades de enfrentar. Para Quandt (1997) as empresas procuram acordos de cooperação para obter acesso rápido a novas tecnologias ou mercados, beneficiar-se de economias de escala oriundas de P&D e produção em conjunto, obter recursos da capacitação externa e compartilhar riscos (OLAVE E NETO, 2005).

Nesse contexto de cooperação, o capital social é um elemento fundamental e pode ser definido como um conjunto de características da organização social, como confiança, normas, sistemas e cadeias de relações sociais que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade para superar obstáculos e facilitar a cooperação espontânea. (PUTNAM, 2002).

A confiança é um elemento presente em diversas relações sociais, sendo de fundamental importância para a existência da cooperação e estando sempre presente nas transações econômicas. Para Putnam (2002), a confiança numa sociedade funciona como um condicionante nas relações de cooperação entre as frentes aparentemente opostas e complementares, havendo a necessidade de confiança social entre a dinâmica econômica e desempenho governamental, ou seja, a necessidade de cooperação entre operários e

administradores, governo e iniciativa privada, pequenas empresas, evidenciando que a confiança promove a cooperação e esta por sua vez, gera confiança, pois, “quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação” (PUTNAM, 2002, p. 180).

Nesse contexto, a confiança aparece como o componente básico do capital social (Putnam, 2002), isso significa que a presença de capital social numa comunidade está relacionada com o nível de confiança entre os indivíduos, influenciando as ações coletivas e promovendo um ambiente propício para a cooperação, através do reconhecimento da importância de propriedades e características de um corpo social, cultural, político, econômico organizado que exerce influência positiva ou negativa na evolução e dinâmica da sociedade.

O reconhecimento dessas propriedades e características pode ser o primeiro passo para a busca pelo desenvolvimento local em bases sustentáveis, através da incorporação de práticas orientadas pelos conceitos de sustentabilidade, mesmo com todas as controvérsias por envolver contextos políticos e julgamento de valor, desconsiderar aspectos importantes e algumas diferenças regionais, a questão temporal, indicadores com medidas e dimensões questionáveis, entre outros.

Considerando a sustentabilidade como um conceito dinâmico que envolve o conceito de mudança, Sachs (1997) aborda o desenvolvimento sustentável a partir de cinco dimensões: sustentabilidade social - preocupação maior com o bem-estar humano, a condição humana e os meios utilizados para aumentar a qualidade de vida dessa condição; econômica - alocação e distribuição eficientes dos recursos naturais dentro de uma escala apropriada; ambiental - preocupação dos impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente; espacial - melhor distribuição dos assentamentos humanos e das atividades econômicas; e cultural - modernização sem rompimento da identidade cultural (VAN BELLEN, 2005).

Assim, pode-se afirmar que a presença de elementos como cooperação, confiança, capital social, competitividade, entre outros, são fundamentais para a construção de um ambiente adequado para a inclusão de padrões de organização sustentáveis que se mantêm ao longo do tempo e garantem o desenvolvimento local sustentado.

Diante do exposto, verifica-se que a interação e a cooperação entre as empresas e demais agentes envolvidos representam aspectos fundamentais, para a minimização dos impactos sociais do trabalho, assim como contribuição efetiva para o desenvolvimento de APLs.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para o alcance do objetivo da pesquisa, no que se refere aos procedimentos metodológicos foi realizado um estudo exploratório, considerando a inexistência de trabalhos que tenham explorado, sob a perspectiva sociológica, os modelos de gestão do trabalho e da produção no APL em estudo e descritiva, pela necessidade de caracterização da atividade econômica desenvolvida na região.

O ambiente da pesquisa consiste no APL têxtil de São Bento e os sujeitos da pesquisa foram as empresas envolvidas com a produção têxtil no referido APL. O universo da pesquisa foi constituído por todas as empresas têxteis que formam o APL, correspondendo a aproximadamente 70 empresas formais e mais de 300 empresas informais. Cabe ressaltar que este universo apresenta características similares, em termos de formas de estruturação e atuação.

Do universo de empresas formais, foram entrevistados 18 empresários, o que corresponde a 25%. Em relação às empresas informais foram entrevistados um total de 20 empresários, correspondendo a 7%. A representatividade da amostra é significativa considerando o grau de homogeneidade entre as empresas na localidade. Além disso, foram entrevistados pessoas chave na cidade, com vinculações a instâncias governamentais.

As técnicas de pesquisa utilizadas nesse estudo foram:

**Documentação Indireta:** Pesquisa bibliográfica como forma de proporcionar embasamento teórico ao objeto de estudo, referente aos conceitos e abordagens referentes à temática: Aspectos sociológicos do trabalho e da produção e Arranjo Produtivo Local; Pesquisa Documental para levantar dados e informações disponíveis sobre a produção têxtil (redes de dormir, mantas, varandas, tapetes e similares) em São Bento.

**Documentação Direta:** Pesquisa de campo realizada através de entrevistas com os empresários mediante um roteiro semi-estruturado e conversas informais com funcionários, membros da comunidade e representantes de órgãos locais, objetivando identificar aspectos da produção e organização do trabalho no APL têxtil de São Bento; além da observação não participante através de visitas técnicas.

A interpretação dos resultados e a consolidação das informações foram realizadas a partir de uma análise qualitativa, tendo como referência dados secundários acerca da história do município e da produção têxtil em São Bento, e os dados primários coletados na pesquisa de campo junto às empresas do APL e pessoas chave e com poder de decisão na localidade.

## 4 RESULTADOS

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO APL DE SÃO BENTO

O município de São Bento foi criado em 1959 e está situado às margens do Rio Piranhas, onde ao longo dos anos desenvolveu um grande potencial na indústria de redes de dormir. Desde 1927 com o início da fabricação de redes, a atividade têxtil vem crescendo e é possível identificar alguns momentos importantes para a economia de São Bento como a instalação em 1940 da primeira usina de beneficiamento do algodão; a fábrica de redes São José construída em 1961 e instalação em 1964 dos primeiros teares elétricos e o início da comercialização em 1970 com a venda de redes para outros estados, transportadas através de um caminhão. A partir desse momento, as empresas têxteis de São Bento passam a explorar novos mercados, vislumbrando novas perspectivas para ampliação do setor.

A comercialização foi ampliada em 1986 a partir da construção da BR PB 110 e da “feira da pedra” para a comercialização de redes (compra, troca e venda). Em 1992 houve a instalação da Fiação São Bento Têxtil que facilitou o acesso da matéria-prima aos fabricantes de redes e no mesmo ano a construção de uma usina de reciclagem de lixo para absorver parte dos resíduos sólidos produzidos pelo município.

Desde a fundação da primeira fábrica de redes, a atividade vem se expandindo e atualmente a economia do município é voltada para a fabricação de redes de dormir e outros produtos similares como tapetes, mantas, varandas, artigos de decoração e outras peças apresentando grande diversidade de tipos e níveis de qualidade, sendo confeccionadas em fábricas formalizadas e em tecelagens montadas nas próprias residências.

Em 2006, a atividade recebe incentivos do governo estadual com a redução do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) de 17% para 1%, o que representa maior margem de lucro, mais estímulo para que as empresas possam continuar produzindo e gerar



empregos e renda, aquecimento da economia e incremento da melhoria da qualidade de vida, fortalecendo cada vez mais o potencial de São Bento como produtora de redes de dormir.

Atualmente, o município de São Bento é conhecido nacionalmente pela produção de redes de dormir, tendo uma produção em torno de 12 milhões de redes/ano e o consumo 18 milhões/kg de fio ao ano. Das indústrias instaladas no município, 93% são de redes de dormir, correspondendo a cerca de 70 empresas formais e mais de 300 empresas informais, assim, cerca de 80% das pessoas economicamente ativas trabalham com a produção de redes ([www.federativo.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/apl22.pdf](http://www.federativo.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/apl22.pdf)).

#### 4.2 GESTÃO DA PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO APL

O APL de São Bento é constituído basicamente de micro e pequenas empresas e que se apresentam com diferentes atividades na cadeia têxtil. Como por exemplo, estão as empresas fornecedoras de matéria-prima e equipamentos, empresas fabricantes de redes e produtos similares que apresentam todas as fases do processo produtivo, empresas fabricantes que atuam como facção e produzem algumas fases do processo, além de empresas de comercialização dos produtos fabricados.

O processo produtivo na fabricação de redes de dormir, no APL em estudo, consiste nas seguintes fases: compra do fio de algodão tingido ou cru, padronagem ou desenho do produto, tingimento ou coloração dos fios e tecidos (por imersão), urdimento, tecelagem do tecido, produção de varandas e cordões, confecção das redes, acabamento e embalagem.

As maiores empresas geralmente apresentam todas as fases do processo produtivo, onde há a sede principal e diversas plantas onde a produção ocorre de forma separada. Esse cenário possibilita a integração entre o trabalho formal e legalizado com o informal através da contratação de mão-de-obra terceirizada com a prestação de serviços no interior das fábricas ou com a contratação de empresas informais ou pessoas físicas. Dessa forma, é possível perceber que o trabalho informal passa a fazer parte do setor formal como forma de intensificação da acumulação capitalista, por representar menos custos e maior possibilidade de rendimentos para o capital.

A significativa informalidade na atividade movimenta a atividade têxtil e pode ser percebida pela produção que ocorre nas ruas e nas próprias residências, marcada pelo convívio familiar. Tal fato possibilita a continuidade e ampliação das atividades, assim como a transmissão dos ensinamentos da produção para as gerações mais jovens, o que tornou a produção de redes parte da cultura do município.

A produção ainda é realizada através de teares mecânicos, ou seja, equipamentos obsoletos adquiridos de empresas de São Paulo, embora, de acordo com os empresários, além de representar baixos investimentos, atendem a necessidade de produção das empresas têxteis locais. Porém, a utilização de um processo de fabricação artesanal e os equipamentos sucatados, provoca níveis elevados de estoques de matéria-prima e produtos acabados; desperdício de matéria-prima, quebras e reposições freqüentes de peças, *setup* e gargalos no processo produtivo que representam custos para a empresa que não são quantificados.

Com o baixo nível de industrialização e modernização, existe uma necessidade intensa de mão-de-obra, que exige baixa qualificação e, por conseguinte, baixos salários. O nível de escolaridade das pessoas que ocupam atividades no setor de produção é baixo, e geralmente não têm o nível fundamental completo. Isso pode ser justificado, pelo fato do processo produtivo exigir apenas conhecimentos técnicos e que normalmente são passados entre as gerações de cada família e, que vão adquirindo prática e aperfeiçoamento ao longo dos anos.

Assim, os empregadores deixam em segundo plano o nível de escolaridade de seus funcionários.

A flexibilização das formas de trabalho no APL estudado e a produção artesanal de redes tem estimulado a informalidade do setor, gerando um grande contingente de pessoas atuando na atividade de fabricação de redes, sem a preocupação com a qualificação e capacitação profissional. Assim, o setor informal da atividade absorve toda a mão-de-obra através da produção independente realizada nas próprias residências e as empresas formais passam a apresentar problemas de falta de pessoal para atuar na produção, uma vez que oferecem baixos salários em virtude da atividade não exigir qualificação, passando também a absorver a mão-de-obra infantil como forma de atender a produção exigida.

A presença de crianças trabalhando no acabamento dos produtos é comum, sendo este um aspecto que as empresas e a comunidade percebem como normal, já que a transmissão dos conhecimentos técnicos para a produção de redes é uma prática que faz parte da história do município e é transmitido entre as gerações e envolve famílias inteiras, justificando mais uma vez o baixo nível de alfabetização da população.

Além da mão-de-obra desqualificada que exige baixos salários para o trabalhador e mão-de-obra infantil, foram identificados diversos outros aspectos que representam a desvalorização e a precarização do trabalho no APL. Dentre eles: a falta de condições ambientais e de trabalho adequadas, a não utilização de equipamentos de segurança e higiene que garantam a qualidade de vida e saúde do trabalhador, principalmente no processo de urdimento, tecelagem e tingimento. Fato este, verificado na ocasião em que os funcionários estão trabalhando no processo de tingimento (por imersão), no qual necessitam manusear produtos químicos (tinta e cloro) e os fazem sem a devida proteção. Esses produtos químicos são dissolvidos em água em um depósito aberto que atinge temperaturas elevadas (fervura) provocada pelo forno à lenha, como forma de atingir a temperatura adequada no tingimento e/ou clareamento dos fios ou tecidos. Esse processo resulta em um ambiente com elevada temperatura e exalação de vapor da fervura da água juntamente com a tinta ou cloro, colocando os funcionários em um ambiente inapropriado às condições humanas.

O processo de tecelagem é realizado geralmente em galpões ou no interior das próprias residências em ambientes fechados, com pouca iluminação e espaços limitados. Dessa forma, existe uma elevada poluição sonora, além de que os funcionários não dispõem de equipamentos de proteção auditiva. Muitos deles chegam a utilizar fios de algodão como protetores auriculares como forma de minimizar os ruídos ou escutam música em alto volume como forma de dispersar a atenção do barulho dos teares, tornando o ambiente com mais poluição sonora e mais prejudicial à saúde do trabalhador. Outro aspecto que merece ser destacado consiste na poluição provocada pelo acúmulo de pêlos desprendidos dos fios de algodão e que podem provocar irritação alérgica ou problemas respiratórios.

Além disso, foi identificado que as empresas não apresentam preocupação com as questões ambientais, sendo assim, não atuam com responsabilidade para a sustentabilidade da região. Os impactos que o APL têxtil de São Bento exerce sobre o meio ambiente, representa uma ameaça à qualidade de vida da população através da degradação do meio ambiente e escassez dos recursos naturais.

Foi identificado que toda a água do processo de tingimento e/ou clareamento é escoada diretamente para as ruas que segue até encontrar o leito do rio, fazendo um desenho colorido no solo conforme a cor das peças que estão sendo tingidas. Em áreas com esgotamento sanitário toda a água utilizada é descartada pelo sistema de esgoto e jogada no rio, juntamente com todo o esgoto doméstico e hospitalar, ameaçando a qualidade e disponibilidade de água. Foi constatado também, entre outros aspectos, grandes quantidades

de resíduos sólidos (fios, tecidos, embalagens) resultantes do processo produtivo em lugares inapropriados, ou seja, descartados e queimados em terrenos nos arredores das fábricas.

Diante desse cenário marcado pela desorganização no ambiente de trabalho, da falta de higiene e de equipamentos de segurança na produção e da ausência de preocupação com o meio ambiente, é possível perceber que há uma combinação de elementos que comprometem diretamente a saúde do trabalhador e a qualidade de vida da população, comprometendo assim, a sustentabilidade da região.

#### 4.3 CRESCIMENTO ECONÔMICO E QUALIDADE DE VIDA

A vida dos cidadãos de São Bento está vinculada à história e ao desenvolvimento do município, onde buscam sempre ressaltar os pontos positivos da região, através da valorização da cultura e da atividade econômica da região, além da presteza das pessoas do município em receber os visitantes e turistas. O espírito de participação, confiança e cooperação para ajudar as pessoas também é um aspecto positivo na comunidade, onde ações coletivas no intuito de contribuir para a solução de problemas que envolvem membros da comunidade encontram a adesão da população, o que contribui para a elevação do capital social da comunidade que se constitui em um elemento fundamental para aumentar a eficiência da sociedade e superar obstáculos e dificuldades existentes e potenciais.

Em detrimento a este cenário encontrado no município, o APL ainda apresenta níveis de confiança relativamente baixo e, de acordo com os empresários, a cooperação entre as empresas do APL ocorre de forma incipiente e através da cooperação vertical na cadeia produtiva, ou seja, entre empresas fabricantes e fornecedoras e entre fabricantes e clientes, o que caracteriza certa fragilidade no nível de capital social do APL, já que a confiança mútua não existe em todos os níveis do APL. A ausência de associações de negócios, cooperativas, instituições de apoio à atividade e centros de capacitação representa um entrave na projeção do APL, uma vez que através destas, a confiança e a honestidade poderiam ser potencializadas, uma vez que constituem elementos fundamentais para o desenvolvimento, além de promoverem uma atuação eficiente e organizada em toda a cadeia produtiva como forma de movimentar a atividade, desenvolver as potencialidades locais e assim, proporcionar o desenvolvimento local sustentado.

O APL de São Bento representa a sobrevivência e projeção econômica de muitas famílias, através da valorização da atividade têxtil na região que passa de geração em geração e da vocação econômica para a produção de redes de dormir. Com isso, a atividade têxtil é a principal responsável pela geração de emprego e renda no município.

Diante do nível de crescimento da atividade, onde a maioria da população está envolvida, a qualidade de vida (trabalho, segurança, moradia, etc.) é considerada alta, tanto pelos empresários como pela população em geral. De acordo com estes, o município já vem apresentando altos índices de violência, cometidos por pessoas advindas de outras regiões e que são atraídas pelo alto índice de renda da população, o qual pode ser constatado pela presença de bens, como carros importados e casas de luxo. Sendo assim, a idéia de qualidade de vida da população está associada ao acesso a bens de consumo, mesmo que este venha proporcionar em longo prazo, níveis inferiores em termos de segurança, saúde, bem-estar, etc., o que reflete um processo de desenvolvimento econômico dissociado das questões sociais, ambientais, culturais, resultando em práticas insustentáveis de acordo com as bases capitalistas através da produção voltada para acumulação flexível de capital.

Nesse sentido, apesar do crescimento da atividade têxtil no APL, fica evidente a necessidade de melhor gerenciamento e reestruturação de aspectos da gestão da produção e organização do trabalho que interferem na eficiência e no desempenho das empresas, na

qualidade de vida do trabalhador e, por conseguinte, da sociedade, bem como, no equilíbrio ambiental.

Diante da ausência de responsabilidade em relação ao impacto exercido pela atividade econômica, percebe-se a urgência de se buscar a harmonização do desenvolvimento econômico às questões sociais, ambientais e culturais por meio da cooperação e articulação dos diversos atores presentes no APL, viabilizada pela participação em projetos coletivos em prol do fortalecimento do APL de forma sustentável, como forma de garantir a qualidade de vida atual e futura da população.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo explicitou as formas de produção e organização do trabalho do APL têxtil de São Bento e suas implicações na qualidade de vida da população. De acordo com os resultados, pôde-se perceber que o setor têxtil estudado vem apresentando ao longo dos anos, níveis significativos de crescimento econômico e competitividade dos seus produtos.

A vocação econômica da região para a produção têxtil e a valorização dessa atividade pela comunidade por diversas gerações, são responsáveis pelo desenvolvimento da atividade e pela projeção econômica de famílias inteiras, uma vez que permite à população em geral, encontrar na produção de redes a projeção para melhor qualidade de vida, através do acesso a renda que permite condições adequadas de sobrevivência através do acesso a bens de consumo que resulta em satisfação pessoal e profissional. Essa idéia de qualidade de vida associada ao acesso a bens de consumo que é enfatizada pela população está embasada nas práticas capitalistas e leva ao desenvolvimento econômico dissociado das questões sociais, ambientais, culturais, que resultam em práticas insustentáveis de desenvolvimento local.

Nesse sentido, mesmo apresentando-se como um setor em constante crescimento, fica evidente a necessidade de reestruturação de alguns aspectos que interferem no processo produtivo e na atividade econômica como um todo, principalmente no que se refere à atuação responsável do APL com a valorização do trabalhador, da sociedade e do meio ambiente, na busca por resultados sustentáveis.

Assim, perceber a importância e relevância dos aspectos ambientais e sociais, torna-se condição *sine qua non* para o sucesso e permanência dessa atividade econômica na região.

## 6 REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. e BRITO, J. Arranjos Produtivos Locais: Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE – Glossário de Arranjos Produtivos Locais. Rede Sist, 2002.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

BOTELHO, M. R. A.; DE PAULA, G.M.; KAMASAKI, G.Y. Aglomerações Produtivas locais e inserção competitiva de micro, pequenas e médias empresas. In: PREVIDELLI, J.J.; VILMA, M. (orgs.). Gestão das micro, pequena e média empresa no Brasil: uma abordagem multidimensional. Maringá: UNICORPORE, 2005.

ESTANQUE, E. Recomposição no mundo laboral e desafios para a ação sindical. Ariús - Revista de Ciências Humanas e Artes, v 13, n. 1, jan/jul, 2007.

GOMES, A. D.; PIZAIA, M. G. Arranjos Produtivos Locais – Uma abordagem do setor Mínero-Metalúrgico no estado de Minas Gerais. ENEGEP, 2006: Fortaleza. Anais. Fortaleza, 2006.

- HADDAD, P. R. Palestra Sobre Cultura Local e Associativismo. Seminário do Bndes sobre Arranjos Produtivos Locais. Belo Horizonte, 2004.
- LASTRES, E. E. M.; CASSIOLATO, J.E. Políticas para promoção de arranjos produtivos locais e inovativos locais de micro e pequenas empresas: conceitos vantagens e restrições e equívocos usuais. Redesit, IE/UFRJ, 2001.
- LEMOS, C. Notas preliminares do Projeto Arranjos Locais e Capacidade Inovativa em Contexto Crescentemente Globalizado. IE/UFRJ, Rio de Janeiro, Mimeo, 1997.
- MELO E SILVA, L. A organização sindical face aos novos paradigmas de organização do trabalho. Ariús - Revista de Ciências Humanas e Artes, v 13, n. 1, jan/jul, 2007.
- MERINO, J. C. A. Cluster vitivinícola abordado según sistemas complejos adaptativos. ICIEOM, 2006: Fortaleza. Anais... Fortaleza, 2006.
- OLAVE, M. E. L.; AMATO NETO, J. A formação de redes de cooperação e clusters em países emergentes: uma alternativa para PMEs no Brasil. In: AMATO NETO, J. Rede entre organizações: domínio do conhecimento e da eficácia operacional. São Paulo: Atlas, 2005.
- OLIVEIRA, R. V. Momento atual da Política de qualificação profissional no Brasil: inflexões e desafios. Ariús - Revista de Ciências Humanas e Artes, v 13, n. 1, jan/jul, 2007.
- PUTNAM, R. Comunidade e Democracia. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.
- SANTOS, A. M. M. M.; GUARNERI, L. S. Características Gerais do Apoio a Arranjos Produtivos Locais. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 12, p. 195-204, set. 2000.
- SCHMITZ, H.; MUSYCK, B. Industrial Districts in Europe: policy lessons for developinf countries? World Development, v. 22, n. 6, p. 889-910, 1994.
- SEBRAE. Arranjos Produtivos Locais. Disponível em:  
<<http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/arranjosprodutivoslocais.asp>>com acesso em dezembro de 2006.
- SHMITZ, H. On the Clustering of Small Firms. IDS Bulletin, v. 23, n. 3. 1992.
- TAVARES, M. A. Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.
- VAN BELLEN, H. M. Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.